

**AS FESTAS POPULARES E A “INVENÇÃO” DAS TRADIÇÕES: UMA REFLEXÃO SOBRE AS CAVALHADAS E A PROCISSÃO DO FOGARÉU EM GOIÁS (1940-1980)****Mônica Martins da SILVA\***

**Resumo:** A reflexão atual sobre o Patrimônio Imaterial no Brasil tem possibilitado a (re)valorização dos estudos sobre as festas populares, consideradas como expressões de múltiplas linguagens simbólicas e responsáveis pela construção de tradições e identidades coletivas. Neste trabalho, pretendemos problematizar algumas dessas concepções, apresentando uma contribuição à reflexão histórica sobre a relação das festas e a construção de tradições, por meio da análise de duas manifestações culturais de Goiás: As Cavalhadas que ocorrem durante a festa do Divino Espírito Santo, em Pirenópolis; e a Procissão do Fogaréu, parte da Semana Santa na cidade de Goiás. Elas possibilitam a análise de um processo no qual se encontram ideias, instituições e projetos, cujos objetivos eram a construção de referências culturais que pudessem associar Goiás a um conjunto de práticas culturais, populares e atávicas, criando, com isso, um campo de significações capaz de expressar a solidez das tradições.

**Palavras-chave:** Festas. Cultura Popular. Tradição. Instituições. Folclore.

**POPULAR FESTIVALS AND THE "INVENTION" OF TRADITION: A REFLECTION ON THE CAVALCADES AND THE TORCH PROCESSION IN THE STATE OF GOIAS (1940-1980)**

**Abstract:** The current reflection on the Intangible Heritage in Brazil has made the appreciation of studies of folkloric festivities possible, considered as collective expressions of multiple forms of language both symbolic of and accountable for the construction of tradition and collective identities. In this work, inquires will be made into some of these concepts, offering a contribution to the historical reflection on the relation between the festivity and the construction of tradition by means of the analysis of two cultural manifestations from the State of Goiás: The “Cavalcades” that occur during the celebration of Divine Holy Spirit in the city of Pirenopolis, and the “Torch Procession”, part of Easter Week in the city of Goiás. They facilitate the analysis of a process which identifies ideas, institutions and projects, whose objectives were the construction of cultural references that could associate Goiás to a set of

---

\* Professora Adjunta Doutora – Departamento de Metodologia de Ensino - UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina – Campus Reitor João David Ferreira Lima - Trindade, CEP: 88040-970, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. E-mail: moniclio@uol.com.br

cultural, folkloric and atavistic practices, creating in this way a field of meanings capable of expressing the solidity of tradition.

**Keywords:** Festivities. Popular Culture. Tradition. Institutions. Folklore.

A atual reflexão sobre o Patrimônio Imaterial no Brasil, redimensionada a partir da criação do Decreto nº 3.551/2000 e legislação complementar, tem possibilitado a (re)valorização dos estudos sobre as festas populares, consideradas como expressões de múltiplas linguagens simbólicas e responsáveis pela construção de tradições e identidades coletivas. Entre os historiadores, o objeto ganhou relevância, desde os anos de 1980, impulsionado pelas discussões que valorizavam as pesquisas sobre os novos temas, as novas fontes e os novos objetos da história naquele período e suscitou reflexões diversas que demonstraram a sua pertinência para o campo da história, dado o seu potencial de trabalho com temas correlatos como a cultura popular, as religiosidades, as relações simbólicas de poder, a micro-história, a oralidade, entre outros; assim como a possibilidade de diálogo com outros campos do conhecimento como a literatura, a geografia, a sociologia e a antropologia que havia consolidado o estudo das festas por meio da abordagem etnográfica.

Para a discussão das questões propostas nesse texto, é oportuno citarmos a publicação do livro *A invenção das tradições*, organizado pelos historiadores Eric Hobsbawn e Terence Ranger, nos anos de 1980<sup>1</sup>, e que inaugurou uma nova perspectiva intelectual entre os profissionais das ciências humanas na análise de práticas rituais e simbólicas, já que uma das principais contribuições da obra foi redimensionar o conceito de tradição, introduzindo a noção de tradição inventada e orientando o olhar de muitos pesquisadores sobre as práticas culturais, consideradas como tradição, com certa desconfiança na medida em que, para os autores citados, seria possível estabelecer diferenças entre a “tradição inventada”, ou seja, aquela que se caracteriza por estabelecer uma continuidade artificial com o passado e o costume.

Nas tradições inventadas, a principal característica seria a invariabilidade. “O passado real ou forjado a que elas se referem impõem práticas fixas (normalmente formalizadas), tais como a repetição” (HOBSBAWM; RANGER, 1997, p.10). Já o costume teria, nas sociedades tradicionais, “a dupla função de motor e volante. Não impede as inovações e pode mudar até certo ponto, embora evidentemente seja tolhido pela exigência de que deve parecer compatível ou idêntico com o precedente”, já que a sua função seria dar às mudanças a continuidade histórica conforme o expresso na história (HOBSBAWM; RANGER, 1997, p.10).

Essa diferenciação entre o que seria costume e tradição colaborou para um uso “desenfreado” da noção de “invenção das tradições” que passou a representar uma

panaceia na análise do passado e um imperativo na interpretação de muitos ritos e práticas simbólicas. Nesse sentido, é importante analisar a questão apontada pelo historiador Stephen Bann, que não considera apropriada a ideia de que a história, tal como defendem Hobsbawm e Ranger, desmistifica as tradições, incorporando uma espécie de falsa consciência. Em sua opinião, a história seria o modo pelo qual uma cultura lida com seu próprio passado. Dessa forma, a compreensão histórica é uma empreitada cultural vital e a imaginação histórica uma importante faculdade humana que deveria enfatizar o fazer e não a busca de uma narrativa distorcida já que qualquer narrativa é uma invenção retórica e a invenção de histórias seria a parte mais importante da autocompreensão e da autocriação humana (BANN, 1994, p.23).

Para Bann, a História enquanto disciplina pode desmistificar, ratificar e até mesmo fundar versões e opiniões sobre algo. Desse modo, o seu papel não seria propriamente o de balizar a legitimidade das tradições já que elas são construções humanas e não uma experiência objetiva, necessitando, assim, serem abstraídas, logo imaginadas, para serem corporificadas como parte da história que seria “impossível e inconcebível” fora da imaginação produtora ou criadora, do que chamamos de imaginário. Nesse sentido, a história se estabelece enquanto rede sógnica, com uma linguagem dentro de um mundo social cada vez mais constituído e articulado em função de sistemas de significações.

Apesar dessas advertências de Stephen Bann, o aspecto positivo dessa discussão é que os pesquisadores, ao analisarem as tradições, ficaram mais céticos em relação a esses processos que em geral envolvem a construção de sentidos para o nosso passado e, têm procurado estabelecer uma relação mais problematizadora com determinadas práticas culturais, desconstruindo e confrontando versões.

Neste texto, revisitamos duas festas populares estudadas em momentos distintos na nossa trajetória de pesquisas sobre o tema. A primeira, analisada durante o mestrado (SILVA, 2001), é a Cavallhada de Pirenópolis, um teatro equestre que ocorre como parte dos festejos do Divino Espírito Santo, cujo texto dramático representa diversas batalhas do personagem cristão Carlos Magno e os Doze Pares de França (que na prática são onze cavaleiros), contra o personagem Sultão da Mauritânia que, com o seu exército, representa os mouros que ocuparam e dominaram a Península Ibérica. O teatro culmina com a derrota dos cristãos sobre os mouros e é caracterizado, em Pirenópolis, como em muitas regiões brasileiras, pela fusão entre o teatro e o jogo, visto que, no último dia de cavallhada, são três no total, os cavaleiros abandonam o ritual e estabelecem uma disputa por melhores habilidades em diversos jogos equestres medievais.

A segunda festa, que fez parte das pesquisas iniciais do Doutorado, é a Procissão do Fogaréu, manifestação que compõe um conjunto de eventos da Semana da Santa da Cidade de Goiás (antiga capital do Estado de Goiás) e que se caracteriza pela

representação teatral da perseguição de Jesus pelos soldados romanos. O ritual, que atualmente dura em torno de duas horas, na madrugada da quarta para a quinta-feira Santa, é realizado por diversos personagens que se reúnem à porta da antiga Igreja da Boa Morte, hoje museu da Boa Morte, e percorrem um trecho fixo pelas ruas da cidade. Os personagens centrais da trama são chamados de farricocos, 40 homens vestidos de túnicas coloridas e que usam tochas de fogo durante o seu trajeto.

Estas manifestações são, atualmente, algumas das principais festas que compõem o calendário turístico do Estado e, recorrentemente, são utilizadas, sem qualquer problematização, como referências da cultura goiana, como se elas expressassem uma identidade cultural nata e não fossem produto e expressão das escolhas coletivas e das políticas culturais que acompanharam a sua elaboração simbólica. É por meio dessas questões que nos interessamos em refletir sobre essas manifestações que possuem uma história em comum com ampla relação com as políticas culturais dos anos de 1960 e 1970 e, a partir delas, é possível identificar e discutir a “invenção” de ambas as festas.

As cavalhadas de Pirenópolis, de acordo com a tradição local, iniciaram-se em 1826 e teriam sido uma manifestação importante durante todo o século XIX, estabelecendo uma continuidade com o presente promissor que a festa adquiriu a partir dos anos de 1970, quando boa parte da memória sobre a festa passou a ser organizada e articulada, como a própria organização atual que conta com grande envolvimento pessoal e político de muitos grupos. No entanto, na própria memória local, responsável por referenciar as tradições da cidade, é possível problematizar essa compreensão. De acordo com o memorialista Jarbas Jayme, as cavalhadas não foram tão recorrentes como se imagina, ao contrário, durante todo o século XIX, período apontado homogeneamente como o grande início da festa, não ocorreram mais que 15 cavalhadas; além disso, muitas vezes, essas manifestações davam lugar a outra prática similar, denominada pelo autor por Batalhão de Carlos Magno, que seria semelhante às cavalhadas no que se refere à indumentária e à movimentação, mas sem o uso do cavalo (JAYME, 1971, p.612).

Essas questões também podem ser discutidas por meio de uma tradição oral – elaborada por vários dos ex-cavaleiros da Cavahada –, que indica uma série de elementos acerca da história dessa manifestação no século XX, o que possibilita problematizar o seu papel para a história da cidade. Algumas versões locais afirmam que não existia um grupo sólido de cavaleiros, o que dificultava a apresentação da Cavahada anualmente, outros acreditam que a sua realização dependia da vontade do Imperador.

Cavahada em Pirenópolis era uma coisa muito boa. Toda a festa tinha, mas acontece que foi ficando tudo muito ruim, Pirenópolis ficou parado muitos anos. E acabou. Ninguém mais conhecia Cavahada não. Ninguém. A última que teve foi... um imperador chamado Gastão Jaime de Siqueira. Nem teve

24 cavaleiro junto, pro que não tinha gente, ninguém interessava. A Cavalhada são dezesseis cavaleiro, era muito ruim, coisa e tal. Ninguém mais falava em Cavalhada em Pirenópolis...

Então Cavalhada, acabou, ninguém interessava mais. Quando foi em 34 o Lulu de Pina, Luis d' Abadia de Pina queria levar a Cavalhada. Então, chamou o pessoal que tinha corrido Cavalhada naquele tempo... pedindo opinião. Aí apareceu os cavaleiro "véio", Antônio José da Veiga, Antônio Jaime e outros, né, aí, ninguém sabia nada nem como é que começava, parava nem nada. Aí me chamaram, Otacílio Ferreira, um advogado, já morreu. Este advogado me chamou e disse: você vai correr em meu lugar. Aí eu falei: eu nunca corri Cavalhada, uai. Não, você vai correr de embaixador, de mouro. Já começou por aí, mais caro, né.<sup>2</sup>

O Senhor João José foi um dos pioneiros da Cavalhada de Pirenópolis do século XX. Pelo seu depoimento, é possível perceber algumas periodizações que não foram registradas pela memória escrita sobre a festa e que, tanto reafirmam o seu caráter positivo, como a polarização da sociedade em torno do evento, quanto evidenciam uma mudança na festa por volta dos anos de 1930, demonstrando uma recriação da festividade por meio da organização de grupos tradicionais da cidade, apontando diferenças que contrastam um passado marcado por dificuldades e percalços, com o presente demarcado pela grandiosidade e reconhecimento dessa manifestação. Outra versão sobre a festa reitera o sentido da narrativa anterior:

Era mais difícil correr Cavalhada. Era pouca gente que tinha interesse em correr Cavalhada. Hoje não! Hoje tem... Hoje o interesse é muito. Acho que se saírem dez cavaleiros tranquilamente se substitui. Há uns vinte anos atrás, para correr Cavalhada você tinha que estar procurando os outros, o Imperador, às vezes, pagava o cara por dia. O sujeito na roça, sempre trabalhou, e lá era mais barato – o dia de serviço na roça era mais barato – Mas aqui já houve caso do Imperador pagar para o cidadão vir correr Cavalhada. Entendeu? Hoje não tem! Hoje, todo mundo (todo mundo no bom sentido)...o pessoal quer correr Cavalhada. Acho que se faltar vinte e quatro, vamos substituir os vinte e quatro! Aqui tem cavaleiro que já correu e quer correr Cavalhada de novo, tem quem não correu que quer correr! Porque hoje também ficou assim...Ela está mais propagada; a Cavalhada hoje ela está mais bonita, é famosa, então todo mundo quer correr!<sup>3</sup>

Nessa outra versão, o depoente destaca o papel do Imperador do Divino, personagem central nos festejos do Divino Espírito Santo como o responsável, em muitos momentos, pela a organização da Cavalhada, indicando uma diferença marcante em relação aos dias atuais nos quais a Cavalhada desfruta de uma grande autonomia na sua organização, embora ainda seja parte dos festejos de Pentecostes. Para o senhor João José, a iniciativa de organizar a roupa, com cavalo e ensaios, sempre foi dos cavaleiros, embora, em alguns momentos, a influência e o poder de certos Imperadores tenham sido fundamentais para a dinamização da festa.

Sempre por conta do cavaleiro. Mas o imperador tinha a obrigação para fazer despesa né, dar o café de manhã e dava o café a uma hora da tarde, porque era o outro ensaio. Era assim. Então sujeito não tinha nada. Ninguém ajudava. Então acabou. Então seu Lulu resolveu alevantar a Cavalhada. Então eu fiquei como embaixador de mouro, o Neco de Sá como rei de cristão, o seu Júlio como rei de mouro ai arrumamo a Cavalhada.<sup>4</sup>

O Sr João José afirma que, a partir dos anos trinta, a Cavalhada precisou ser totalmente recriada, pois há muitos anos ela não acontecia, e nem todos se lembravam de como era:

Aí, ninguém... como é que começa essa carreira? Não sei. Como é que começa aquela outra? Não sei. Alguém tinha anotado as carreira, as saída, mas também era só. Aí fomo ensaiar, nós ensaiamo em três campo. Um atrás do Carmo, atrás da Igreja do Carmo. Lá, fizemos um campo. O antigo campo da Cavalhada onde é o campo da aviação hoje. Nós ensaiava lá de manhã cedo a tarde nós ensaiava ai atrás do Carmo e a noite nós ensaiava no campo de futebol... Era eu, Ataliba, de Aquino, Júlio César de Aquino, pai dele, Manoel Inácio de Sá, genro de seu Júlio... Era ensaiando, pelejando com aquilo, chamava o Otacílio; Ah! Não sei mais. Chamava outro, ninguém sabia mais não. Então fomo parpando, pegava caroço de mio, colocava em cima duma mesa então fazia a carreira som o caroço de milho, um ia pra lá, outro ia pra cá. Até que nós conseguimos a saída.<sup>5</sup>

Esses depoimentos, entre muitos outros realizados durante a pesquisa sobre a festa, nos levam a inferir que a Cavalhada de Pirenópolis, possivelmente, deixou de acontecer durante tantos anos anteriores à década de 1930, pela ausência de um grupo sólido de cavaleiros e a dependência dessa festa em relação aos Imperadores do Divino. Isto só começará a ser modificado a partir dos anos sessenta, embora não haja clareza de quando essa festa passa a ocorrer anualmente e ininterruptamente. Mesmo não sendo uma manifestação frequente, a participação das Cavalhadas de Pirenópolis como parte da programação do Batismo Cultural de Goiânia<sup>6</sup> que ocorreu em 1942, já indicava o seu reconhecimento como símbolo da cultura goiana do período (ALMEIDA, 1973, p. 37-54).

Até os anos de 1950, a Cavalhada acontecia no largo da matriz, no entanto, a partir de uma série de mudanças no espaço urbano da cidade nos anos de 1960, que resultou na construção de vários prédios no largo como o Salão Paroquial da Igreja, a Prefeitura e o prédio dos Correios, foi novamente interrompida pela falta de espaço para as suas apresentações, só retornando em 1966. A Cavalhada, nesse contexto de mudança, assumia outro papel, que a transformaria em uma manifestação turística e “folclórica”. Parte desse processo relaciona-se com a criação da GOIASTUR, empresa estadual destinada a impulsionar o turismo regional e que se envolveu diretamente no processo de reelaboração

e dinamização da festa, por meio de um de seus assessores jurídicos, que também era cavaleiro da Cavallhada de Pirenópolis.

Eu participei da primeira Cavallhada em 1973. E levando-se em consideração a história, eu via que aqui em Pirenópolis, nas Cavallhadas, eles usavam as vestimentas que não tinham nada a ver com a tradição, ou com a história universal, porque os cristãos representavam as Cruzadas, isso aí vem de Carlos Magno e os Doze Pares de França, (e que) as vestimentas deles tinham muito a ver, ou eram cópia fiel de soldados! Era colete e chapéu, boné, quepe de exército. Resolvi mudar, depois de ampla discussão democrática, entre todos os cavaleiros [...]<sup>7</sup>

Este depoimento, que é de grande relevância para a compreensão da forma que a festa assumiu a partir desse contexto, indica que a reelaboração da Cavallhada ocorre por meio de uma nova indumentária que seria capaz de expressar o sentido histórico que os participantes e gestores da festa, naquele período, queriam atribuir à manifestação. Além disso, atesta que essas modificações estavam diretamente relacionadas com as políticas de turismo da época, segundo as quais as festas deveriam se adequar ao turismo e expressar as belezas e a riqueza do folclore brasileiro. Segundo o Sr. Possidônio, aquela mudança, fruto de uma pesquisa feita por ele próprio em livros de História, era uma forma de “melhorar o visual” das Cavallhadas:

A Cavallhada, ela esteve por acabar! E precisava que isso aí se aviventasse. Precisava que agente trouxesse uma nova conscientização, depois de discutido aí eu mostrei o livro pra cada uma das pessoas... E a Cavallhada é muito mesclada (são pessoas de níveis diferentes, [não é?]) Então, foi preciso que nós discutíssemos muito isso para chegar a esta conclusão de que maneira, nós faríamos a Cavallhada mudar no seu vestuário e maneira de correr... Não mudamos a essência da Cavallhada (as carreiras, as evoluções, as embaixadas), mudamos o visual porque nós não tínhamos nada a ver (um fardamento de milícia, de polícia).<sup>8</sup>

Essas mudanças aconteceram no ano de 1974, conforme atesta o depoente. Naquele ano, toda a indumentária da Cavallhada foi financiada pelo governo do Estado, por meio da GOIASTUR.

[...] ele deu tudo o que nós precisávamos: deu espora, arreo, bota, cabeçada, rédea, e inclusive as roupas e o pagamento das costureiras para a confecção... Pelo governo do Estado de Goiás através da Goiastur.<sup>9</sup>

Não por coincidência, é exatamente nesse contexto dos anos de 1960 e 1970 que a Procissão do Fogaréu, na cidade de Goiás, passa por importante dinamização, assim como as Cavallhadas de Pirenópolis, que culmina com a invenção de uma nova forma para essa

festa com o apoio das políticas de Estado. Alguns pesquisadores têm considerado-a como uma tradição inventada ao relacionar o surgimento da OVAT (Organização Vilaboense de Artes e Tradições), em 1965, com o processo de criação do enredo e dos personagens da procissão, provavelmente entre os anos de 1966 e 1967. Essa é uma questão relevante, já que possibilita confrontar as versões de uma tradição oral que afirma que a procissão teria sido criada em 1727, por um padre espanhol chamado Francisco Perestello<sup>10</sup>, ao mesmo tempo em que remete a uma reflexão da própria dinâmica do ritual que já teria sido fruto de uma “invenção” na sua construção inicial em Goiás, visto que o referido padre teria recriado o fogaréu a partir da memória dos tempos vividos na Espanha.

Essa maior visibilidade da OVAT, percebida a partir dos anos de 1960 e 1970, tem possibilitado discutir o seu papel na construção de conteúdos simbólicos para a cidade de Goiás e pode ser interpretada a partir da resignificação do seu papel na sociedade vilaboense, visto que nos últimos anos atualizou o seu discurso e reafirmou o seu papel histórico na preservação da cultura e das tradições da cidade de Goiás. Um exemplo bastante objetivo refere-se às comemorações dos 40 anos da OVAT, em 2005, que resultaram em uma publicação especial intitulada *40 anos Promovendo a Cultura e Resgatando as Tradições*, de autoria da própria entidade. Naquele ano, a cidade ainda comemorava a obtenção do título de Patrimônio da Humanidade concedido, em 2001, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) e essa conquista está vinculada ao resultado de uma mobilização que se iniciou em 1998, coordenada pelo *Movimento Pró-Cidade de Goiás – Patrimônio da Humanidade* que, por sua vez, foi criado por alguns membros da OVAT, em parceria com outras entidades da cidade de Goiás, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e os governos municipal e estadual (DELGADO, 2005, p.113).

Na apresentação do texto comemorativo da OVAT, carregados de recursos semânticos que enaltecem a obra de seus associados pioneiros, ao mesmo tempo em que a inscreve nos discursos atuais do patrimônio, destacamos que um dos fatores que contribuiu para que a história e cultura da cidade de Goiás extrapolassem “as cercas vivas de suas serranias, chegando a ser reconhecida pela UNESCO” foi a forma como, em sua trajetória, conseguiu aliar a preservação da arquitetura a um “excepcional patrimônio imaterial” (OVAT, 2005, p.3). Nesse sentido, reafirmam o papel histórico da entidade que ao longo de sua trajetória investiu na construção e solidificação de uma determinada memória, dotando-a de duração e estabilidade para que pudesse representar o conjunto da sociedade, e vinculam a conquista do título ao trabalho da OVAT (DELGADO, 2005, p.114).

No conjunto das ações da OVAT, rememoradas no texto mencionado, ressaltamos as atividades de Levantamento histórico da Semana Santa, entre as quais a mais importante seria o “Resgate da Procissão do Fogaréu e da dramatização do Descendimento da Cruz”

(OVAT, 2005, p. 13). Essa iniciativa – segundo Goiandira do Couto<sup>11</sup>, atualmente consagrada como a artista que produz os quadros de areias coloridas da Serra Dourada –, surgiu a partir de conversas realizadas na cozinha de sua casa, das quais participavam alguns jovens da cidade como Elder Camargo de Passos, Humberto de Andrade, Ovídio Passos, Diomar Passos, Joíce Pereira e Joíza Pereira, a maioria seus alunos de desenho, e tinham como objetivo movimentar a cidade. Muito antes de criarem a OVAT, segundo a artista, eles já haviam se envolvido na realização de outros eventos, como o primeiro desfile de 7 de setembro e o desfile de Tiradentes, nos quais toda a criação artística fora de Goiandira, que na época era também modista e, por isso, acabava se envolvendo na organização da indumentária de vários eventos que ocorria na cidade.

Nesse período, Goiandira já era uma pessoa bastante conhecida, pois participava de boa parte dos eventos sociais do lugar, muitos dos quais ajudava a organizar. Além disso, a sua casa era um espaço de ampla sociabilização promovida, em grande parte, a partir das relações de seu pai Luiz do Couto<sup>12</sup>. A criação da OVAT é rememorada como extensão de um conjunto de atividades culturais que ela e um pequeno grupo, que também gostava de arte, realizaram. No processo de criação da Procissão do Fogaréu, Goiandira relata que foram eles que criaram todos os elementos estéticos da festa, por meio de várias pesquisas em livros, a exemplo do que ocorreu em Pirenópolis. O Farricoco, identificado como personagem da Semana Santa da Espanha, foi incorporado porque era muito diferente do que já havia na cidade e, naquela época, eles queriam atrair mais pessoas, uma vez que os turistas eram apenas “uns gatos pingados”.

A primeira Procissão do Fogaréu, segundo Goiandira, foi realizada em 1967, data que coincide com a registrada em seus desenhos de criação do figurino da festa. “Naquele ano saíram apenas 3 farricocos no domingo de Passos e todo mundo adorou”. Inclusive os jornais registraram o evento. Nos anos seguintes, o ritual teve continuidade e alguns elementos que não apareciam no início, como os tambores, foram sendo introduzidos ao ritual. Os farricocos, transformados em personagens centrais do enredo, aos poucos foram aumentando em número até chegar aos 40 participantes, número que corresponde à quantidade de participantes ainda hoje.

O depoimento de Goiandira do Couto é bastante interessante, pois localiza o momento da elaboração estética do “fogaréu” e elabora uma narrativa sobre a festa entrelaçada com uma história de si, ressaltando o protagonismo desse personagem no processo criativo, evidenciado no desenho das roupas, na decisão dos detalhes finais como os tipos e cores de tecidos, os adornos, a pintura cuidadosa de detalhes como botões e latinhas dos farricocos.

É importante analisar o papel que a Goiastur e seus membros ocuparam na invenção das Cavalhadas de Pirenópolis, assim como da OVAT e seus participantes no processo de

invenção da Procissão do Fogaréu considerando algumas questões arroladas por Eric Hobsbawm, o qual afirma, ainda, que as tradições inventadas são sintomas importantes e indicadores de problemas que, de outra forma, poderiam não ser detectados, nem localizados no tempo. Para o autor, o estudo das tradições inventadas não pode ser separado do contexto mais amplo da história da sociedade e a sua análise só avançará, além da simples descoberta dessas práticas, se estiver integrado a um estudo mais amplo (HOBBSAWM; RANGER, 1997, p.20-21). Seguindo as indicações de Hobsbawm consideramos necessário perscrutar o contexto de criação da OVAT e relacioná-lo com as iniciativas de seus membros, indagando os motivos que nortearam as suas escolhas.

O contexto de criação da OVAT é marcado por um novo período nas relações da cidade de Goiás com a capital Goiânia. Nos anos de 1960, Goiânia já havia materializado os adjetivos de Metrópole que eram utilizados pelos mudancistas, muito antes da cidade ser corporificada. Esses discursos de enaltecimento que a construiu, desde o seu início, como moderna, foram elaborados, em grande medida, em contraposição à construção da cidade de Goiás como o lugar do atraso, das doenças, das epidemias e das febres, visto que o discurso médico foi um dos recursos políticos utilizados para estabelecer a oposição entre as duas cidades a partir de parâmetros científicos. Anos depois, essa concepção negativa de Goiás se dissipava e concorria com outras representações que passaram a compor o discurso sobre a antiga capital. Para Delgado (DELGADO, 2005, p. 121), ao vislumbrar que “*o futuro de Goiás era o passado*”, a OVAT empreendeu e estimulou várias ações culturais como a reabertura do Gabinete Literário, fundado em 1864, a revitalização dos saraus, a pesquisa e o registro de manifestações folclóricas e musicais, a criação do Museu de arte sacra no arquivo da cúria e, posteriormente, do atual Museu de Arte Sacra da Boa Morte. Destaca-se as modificações implementadas na celebração da Semana Santa, já que elas foram priorizadas pela OVAT, como atesta a própria produção escrita da instituição. Indagado sobre os motivos da priorização da Semana Santa, no conjunto de tantas outras manifestações culturais da cidade, arroladas em diversos textos sobre a cidade, Elder Camargo de Passos, um de seus fundadores, afirma que a Semana Santa já era a principal manifestação religiosa da cidade, mas naquele momento passava por uma crise.

Para Hobsbawm e Ranger, o processo de invenção das tradições nem sempre recorre a conteúdos completamente novos, mesmo porque, em muitos dos casos, as novas tradições podiam ser prontamente enxertadas nas velhas, outras vezes, podiam ser inventadas com empréstimos de elementos rituais e princípios morais das antigas práticas, para fins distintos (HOBBSAWM; RANGER, 1997, p. 13-14). Outras vezes, pode-se inventar novos acessórios ou linguagens, ou ampliar o vocabulário simbólico, tal como ocorreu em Goiás com a criação da cerimônia do Descendimento da Cruz, ritual que ocorre na Sexta Feira Santa, posteriormente à Procissão do Fogaréu e que foi totalmente elaborada pela

OVAT, como atestam alguns de seus membros. Essa cerimônia, menos conhecida pelos turistas, também compõe o processo de revitalização da Semana Santa, juntamente com a Adoração da Cruz, a Procissão do Enterro e a Procissão da Ressurreição que também foram reintroduzidas, ou resgatadas e revitalizadas, como prefere o discurso da instituição (OVAT, 2005, p.9). Muitas dessas noções serão incorporadas pela OVAT, que se dedica na criação de conteúdos culturais para Goiás, que poderiam recolocar a cidade no cenário regional. Nesse sentido, são atribuídos sentidos diversos para os eventos religiosos da Semana Santa, sacralizando-os como genuínos e autênticos por testemunharem a “identidade” regional cuja origem configura-se na cidade ancestral, onde se considera o início da formação intelectual do povo goiano (DELGADO, 2005, p.121).

Esse momento comum – que indica a invenção ou a re-invenção de duas manifestações culturais festivas em Goiás, atualmente consagradas como símbolo da cultura e da identidade goiana, assim como, mais recentemente, como parte do Patrimônio Imaterial de Goiás – revela a fluidez e a mobilidade das tradições e por isso a necessidade de compreendê-las para a desnaturalização de versões romantizadas, comumente associadas à origem das festas e tradições populares. Não pretendemos, aqui, afirmar que a dimensão da invenção seja o aspecto mais relevante a destacar dessas manifestações, mas, ao contrário, destacar que as tradições são calcadas pelas constantes invenções e isso seria parte de sua natureza humana, inventiva e recriadora e, por esta razão, torna-se relevante na reflexão acerca de suas histórias. Além disso, em ambos os casos destacados, a invenção só se sustentou por conta dos vínculos criados com o conjunto da cultura existente em ambas as cidades e com o momento histórico dessa criação, o que revela uma profunda relação dessas festas com o contexto das políticas culturais em Goiás nos anos de 1960 e 1970 (SILVA, 2008).

Para a compreensão do processo que valoriza as festas populares como parte legítima das culturas regionais e nacional, é importante recorrer às transformações ocorridas entre o final dos anos de 1960 e durante toda a década de 1970, que resultaram no auge das políticas regionais ligadas ao folclore, como extensão do movimento nacional que havia criado, desde 1947, a Comissão Nacional de Folclore e as Comissões Estaduais (a de Goiás foi oficializada em 1948). Em Goiás, após um processo de iniciativas para a criação de políticas públicas para amparar o folclore do Estado, criou-se o Instituto Goiano do Folclore (IGF), em 1964, vinculado ao Departamento Estadual de Cultura (DEC), que na época pertencia à Secretaria de Educação e Cultura (SEC). O IGF pode ser considerado como parte do processo de ampliação das políticas culturais de Goiás no período, assim como resultado da influência do projeto da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, que previa incentivar os estados a proteger e pesquisar o folclore regional.

Os projetos de folclore abrangiam muitas atividades, como a publicação e edição de livros, a pesquisa de campo em determinadas festas, o lançamento de concursos escolares, a montagem e organização de semanas regionais de folclore e as semanas culturais nos municípios. Por meio desses documentos, é possível reconstituir grande parte do que foi idealizado ou realizado, bem como os limites e os problemas referentes às políticas culturais do período e a forma como o folclore foi a elas incorporado.

Um dos principais eventos do IGF foram as semanas de folclore, nas quais a relação entre folclore e política se estabelecia de forma mais evidente. O auge desses eventos foi durante a gestão do governador Irapuan Costa Júnior (1975-1979), que usou politicamente esses eventos para construir uma imagem positiva e conciliadora de seu governo, em plena ditadura militar. Em outros momentos, a primeira-dama Lúcia Vânia Abrão Costa era quem inaugurava exposições, premiava vencedores de concursos e cumprimentava o público assistente nas solenidades oficiais, num gesto recorrente do período em que as esposas dos governantes de estados e municípios tomavam para si a tarefa de amparar a cultura, o artesanato e as atividades em prol do bem-estar social. Várias prefeituras do interior de Goiás apoiavam a realização dessas semanas, contando também com a contribuição de outras instituições, como a Goiastur e Superintendência de Planejamento (Suplan), que auxiliavam com o transporte dos grupos folclóricos, o pagamento de cachês, as refeições e hospedagens.

As Semanas de Folclore eram momentos de grande visibilidade para as atividades do IGF, porque a programação envolvia muitas apresentações de grupos folclóricos regionais. Nessas apresentações, os grupos utilizavam músicas, coreografias e indumentárias atraentes, que sempre garantiam um bom público assistente, como atestam os próprios relatórios da instituição. O momento era também utilizado para o lançamento de livros e revistas de folclore, para a entrega de prêmios dos vários concursos que a instituição realizava e para as exposições do artesanato regional e de grandes shows musicais.

A imprensa dava grande destaque a essas semanas, consideradas grandes eventos públicos, com a presença de várias autoridades que, invariavelmente, faziam discursos, aproximavam-se do grande público e reforçavam gestos de civismo e disciplina. A Semana do Folclore de 1978, por exemplo, recebeu em sua abertura Amália Lucy Geisel, que veio a Goiânia a convite da primeira-dama de Goiás, Lucia Vânia, representando o seu pai, o então presidente da República Ernesto Geisel. A programação contou com a apresentação da intérprete Eli Camargo, além de inúmeros grupos folclóricos: de violeiros (Itaçu e Buriti Alegre), folia de S. Sebastião e catira (Americano do Brasil e Goiânia), reisado em louvor a São Benedito e a Nossa Senhora do Rosário (Pirenópolis), samba Pirão Danta (Dianópolis),

cavalcadas (Jaraguá), folia do Divino, catira e dança da viadeira (Crixás), bumba-meu-boi (São Miguel do Araguaia), congada (Cumari), dança dos tapuios (Cidade de Goiás).<sup>13</sup>

A Semana de Folclore do ano de seguinte (1979) também teve grande repercussão na imprensa, sobretudo no jornal *O Popular* que fez inúmeros elogios à primeira-dama do Estado Lúcia Vânia, além de comentar a programação do evento, que contou com quase duas dezenas de grupos folclóricos. O jornal comentou, ainda, os outros eventos promovidos pelo IGF naquele ano, como: o Mutirão das Fiandeiras em Itapirapuã e a I Semana do Folclore e Artesanato de Fazenda Nova e São Miguel do Araguaia. Até então, haviam sido realizados diversos concursos<sup>14</sup>; 35 exposições de artesanato em Goiás, algumas delas também apresentadas em outros estados; e foram criadas quatro casas de artesanato. Várias Semanas de Cultura foram realizadas em diversos municípios<sup>15</sup>, além dos Ciclos de Cultura em Porto Nacional, Niquelândia, Araguaína, Nova Veneza, Miracema do Norte.<sup>16</sup>

As Semanas de Folclore permaneceram como um grande evento festivo até os anos de 1980, quando a programação ainda incluía a apresentação de grupos folclóricos, além de palestras e exposições de artesanato. Apesar disso, as demais ações em torno do folclore já estavam diminuindo, num sinal claro do enfraquecimento desse movimento em âmbito estadual.

No âmbito institucional, a pesquisa folclórica do IGF privilegiou o estudo das festas e dos rituais religiosos e isso está claro nos objetivos apresentados nos planos de trabalho. Uma das formas de realizar a pesquisa era a aplicação de questionários, utilizados para fazer o levantamento de manifestações culturais. Durante alguns anos esse levantamento foi realizado nacionalmente por funcionários do IBGE, provavelmente a partir de um convênio firmado no final dos anos de 1950 entre essa instituição e a CDFB, para a organização do Atlas Folclórico do Brasil, uma das plataformas da gestão de Édison Carneiro e que circulou nacionalmente no início dos anos de 1960<sup>17</sup>. A ideia da parceria com o IBGE justificava-se pelo amplo trabalho já realizado pela instituição desde a sua criação, em 1938, no âmbito da pesquisa em municípios brasileiros. A proposta era que se aplicasse à coleta folclórica o mesmo rigor metodológico utilizado em outras pesquisas realizadas pelo IBGE, pois, acreditava-se que a seriedade na coleta dos dados era um princípio fundamental para a realização de um inquérito fidedigno das manifestações populares brasileiras.

Em Goiás, o início do trabalho de coleta de material folclórico pelo IBGE é anterior à criação do IGF e pode ser confirmado pelo fragmento de um inquérito localizado entre documentos diversos no Instituto Histórico e Geográfico de Goiás intitulado *Inquérito sobre Trovas Populares (anônimas) (sic)*, de 1958. Nele consta um conjunto de planilhas

identificadas como do IBGE e preenchidas com dados do levantamento realizado em inúmeros municípios goianos.

A proposta do IBGE sistematizava a coleta folclórica e dava-lhe a organização e a objetividade que os folcloristas almejavam, já que solicitava dados dos informantes, a descrição das trovas e a indicação das suas origens. O interesse na elaboração de um inquérito folclórico relacionava-se à necessidade dos folcloristas em demarcar um espaço no campo intelectual moderno, que também lhes desse visibilidade na sociedade, já que aqueles dados representavam a possibilidade de conhecer elementos das tradições orais que se acreditava estar desaparecendo.

O interessante é que, entre os informantes mencionados nos inquéritos, alguns eram folcloristas já conhecidos no meio goiano, como Gelmires Reis, informante de Luziânia; Braz de Pina, informante de Pirenópolis; mas havia também outros tipos de informantes: professores, os próprios agentes municipais de estatística, oficiais civis, fazendeiros, domésticas, comerciantes e até mesmo um doente hospitalizado no município de Cachoeira Alta, cuja condição de saúde foi registrada no inquérito pelo próprio agente municipal de estatística que efetuou a coleta, indicando que o trabalho poderia se dar em situações emergenciais, quando houvesse risco de perda de informações importantes para o inquérito.

Os critérios para a realização do inquérito não são esclarecidos, mas percebe-se uma grande diferença entre os resultados obtidos nos municípios. Em algumas cidades, como Corumbá de Goiás e Pirenópolis, houve um amplo registro de trovas, com vários informantes. Em outras cidades, o número de informantes se restringiu a uma única pessoa: Cora Coralina na cidade de Goiás, assim como Regina Lacerda informou sozinha as quadras utilizadas em Goiânia. Em relação ao conteúdo, as trovas, em sua maioria, abordavam sentimentos (amores desfeitos, esperança, relações com filhos e sogra, saudades), faziam homenagem ao próprio município, ou representavam situações jocosas e inusitadas. Possivelmente, como parte desse trabalho de levantamento dos dados folclóricos dos municípios é que foi organizado, em 1971, o *Calendário Folclórico de Festas Religiosas*, também publicado em um dos volumes da revista *A Folclórica*. Alguns anos depois, provavelmente entre 1976 e 1977, foi feito um relatório das festas religiosas, incluindo também aquelas que estariam em extinção.

A pesquisa e o levantamento de festas e grupos folclóricos se tornaram uma das atividades mais recorrentes do IGF. Em 1977, apenas como exemplo, o plano de atividades da instituição previa para abril, a pesquisa de campo na Semana Santa de Goiás; para maio, as festas do Divino de Palmeiras, Jaraguá e Goiás, mês em que faziam também o acompanhamento da preservação das tradições festivas do Divino Espírito Santo em Pirenópolis; para julho, a festa do Divino Pai Eterno de Trindade; para agosto a Romaria de Muquém; para setembro, a festa de Nossa Senhora da Penha de Pilar e Corumbá; para

outubro, a festa de Nossa Senhora do Rosário de Catalão; e para dezembro, a festa natalina de Niquelândia.<sup>18</sup>

A festa do Divino de Pirenópolis e suas Cavalhadas, neste período, também foram grandes inspiradoras de inúmeros trabalhos acadêmicos. O antropólogo Carlos Rodrigues Brandão foi autor de dois deles, o primeiro, *Cavalhadas de Pirenópolis*, que lhe deu o prêmio *Americano do Brasil*, em 1973, publicado no ano seguinte; depois, o *Divino, o Santo e a Senhora*, publicado em 1979. Mara Públio de Souza Veiga Jardim e Niomar de Souza Pereira, em 1979, lançaram trabalho sobre a festa do Divino em Goiás e Pirenópolis. Niomar, em 1983, lançou o livro *Cavalhadas no Brasil*, com grandes referências à festa de Pirenópolis. Nos anos de 1980, outro livro sobre Pirenópolis era esperado e noticiado pela revista folclórica: o da arquiteta Grace Curado, *Pirenópolis, Uma Cidade para o Turismo*, que, embora não tratasse especificamente da festa, como qualquer trabalho daquela época, não deixou de mencionar algo sobre o festejo, colaborando para a valorização e a construção de imagens positivas sobre a festa.

Em 1972, o setor de folclore do Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás organizou um projeto de pesquisa que visava uma divisão regional do folclore para fins de estudo e defesa no Estado de Goiás (GARCIA; BREDÁ, 1972). A iniciativa parecia ser um pouco diferente daquelas dos folcloristas, pois as organizadoras propuseram um levantamento etnográfico, iconográfico e bibliográfico para articular o projeto. Dividiram o Estado em regiões e fizeram um levantamento dos principais aspectos do que consideravam folclore, como as festas, o artesanato, os folguedos populares, além do levantamento de material folclórico para coleta. Na verdade, essa proposta não se diferenciava muito daquela dos folcloristas: estava completamente ligada a eles, ao deixar bem claro que as manifestações culturais goianas eram vistas como algo que precisava ser coletado, conhecido, divulgado e preservado, para não correr o risco de desaparecer.

Nesse período, uma referência exemplar para os gestores do folclore em Goiás foi a experiência de dois professores da Universidade de Brasília que redescobriram, em 1974, um vilarejo de Alexânia chamado Olhos D'água, onde realizaram um trabalho de levantamento e reorganização de festas, músicas, danças e técnicas artesanais, até então abandonadas e que culminaram na realização da 1ª Feira de Trocas, que se tornou um dos principais projetos de valorização do folclore e do artesanato daquele ano. Esse projeto estimulou os gestores do Serviço de Proteção ao Folclore a apoiarem projetos como o da cidade de Jaraguá, que naquele mesmo ano vivia um processo de recuperação de suas tradições religiosas, e com previsão de apresentações das cavalhadas, de contradanças, da dança dos tapuios e de congadas em 1977. Anteriormente, como já comentado, a cidade de Pirenópolis já havia passado por uma experiência semelhante em relação às cavalhadas, que haviam desaparecido por vários anos e, mesmo tendo sido retomadas no final dos anos

de 1960, passaram por uma grande transformação no seu aspecto visual em 1974, em função de um projeto da Goiastur de valorização de algumas festas populares que tinham potencial turístico (SILVA, 2008, p.59-84).

É nesse contexto que também se insere a OVAT, com seu trabalho de mapeamento, identificação e valorização de festas, em especial a Semana Santa, permitindo que esta fosse incorporada como parte da tradição da cidade, modificando, assim, a relação dos moradores com a própria festa, à medida que ela passou a integrar as campanhas de turismo que construíram uma imagem da tradição para Goiás, a partir de alguns ícones religiosos e festivos, assim como ocorreu em Pirenópolis.

Um dos objetivos essenciais dos primeiros projetos era construir um perfil para o turismo em Goiás, elaborado em grande medida pelas parcerias que a Goiastur estabeleceu com as instituições culturais que mediavam as relações entre órgãos culturais e as políticas de turismo. Foi feito um investimento na criação de um perfil baseado nas relações entre belezas naturais e tradições culturais, como as que foram “recuperadas” na cidade de Goiás. No caso específico dessa cidade, é importante lembrarmos que as primeiras medidas para a criação de políticas de turismo foram tomadas com a construção, pelo governo do Estado, do Hotel Vila Boa. Nos anos de 1970, Elder Camargo dos Passos, um dos fundadores da OVAT, foi nomeado presidente da Goiastur, indicando o prestígio e o envolvimento político dos vilaboenses na gestão do turismo em Goiás. Nesse mesmo período, ele se tornou membro da Comissão Goiana de Folclore e passou a integrar o campo dos folcloristas a partir da escrita de artigos, palestras, exposições, entre outros.

Embora não existam, nos documentos analisados, dados que explicitem uma relação direta entre as atividades do Instituto Goiano do Folclore e todo esse movimento de reinvenção de festas e outras manifestações culturais, é evidente o entrelaçamento entre as políticas culturais da época, as instituições de valorização da cultura, do folclore e do turismo e os memorialistas e agentes das culturas populares nos diferentes municípios brasileiros que colaboraram tanto na reelaboração e invenção de rituais, assim como na preservação dos elementos que julgavam legítimos, bem como no apoio e amparo a grupos folclóricos e tradições religiosas. Nesse sentido, podemos conjecturar que os folcloristas colaboraram para a construção de um espírito preservacionista e reativam o desejo de várias autoridades e intelectuais de Goiás de reelaborar suas tradições.

É interessante observar que os usos feitos dessas manifestações populares se aproximam do conceito de lugares de memória de Pierre Nora, na medida em que o seu processo de invenção e reelaboração indica o que o autor chamou de construção sempre problemática e incompleta do que não existe. No entanto, como a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente e a história uma representação do passado, essas invenções indicam a riqueza da memória para a construção de sentidos e

significações. (NORA, 1993). Como, na definição de Nora, os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, por isso é preciso criá-los organizá-los vigiá-los da varredura da história. Em Goiás, o processo que criou, definiu e selecionou elementos para uma identidade regional, certamente criou os seus lugares de memória em determinadas festas, em museus, personalidades, instituições para serem referência da própria história e para serem utilizados sempre que possível.

Recebido em 1/3/2011

Aprovado em 20/4/2011

## NOTAS

1 A primeira edição da obra em inglês é de 1983. Em 1984, o livro ganhou a sua primeira tradução para o português do Brasil, seguida de mais duas outras edições, uma de 1997, a que utilizamos nesse texto, e outra mais recente, editada em 2002.

2 Entrevista com o Sr. João José, aposentado, 92 anos, em Pirenópolis: junho de 1998.

3 Entrevista com o senhor Antônio Roberto Machado “Rei Mouro da Cavallhada”, agropecuarista, 46 anos, em Pirenópolis, dia 29/05/1998.

4 Entrevista, citada, com o Sr. João José.

5 Idem.

6 Goiânia transformou-se em capital do Estado de Goiás nos anos 1930, como parte do processo de interiorização do país do Governo de Getúlio Vargas, sob a articulação política de Pedro Ludovico Teixeira.

7 Entrevista com o Sr. Possidônio Guilherme Rabelo, 53 anos, advogado, em Pirenópolis, em maio de 1998.

8 Idem.

9 Idem.

10 Essa informação é recorrente em vários programas da Festa da Semana Santa da cidade de Goiás e já foi incorporada como parte da história da festa. A versão citada foi retirada do programa da Festa de 1995.

11 Goiandira Ayres do Couto nasceu em Catalão, em 1915, e já na infância mudou-se para a cidade de Goiás, onde vive até os dias de hoje. A entrevista citada nesse texto foi realizada em parceria com os pesquisadores Wilton de Araújo Medeiros e Francis Otto de Camargo Santana, na residência de Goiandira, no dia 11/01/2008. A entrevista não foi gravada, a pedido da entrevistada, que, no entanto, autorizou a utilização das informações apresentadas.

12 Luiz Ramos de Oliveira Couto (Luiz do Couto - 1884-1984) iniciou sua carreira jurídica no arraial do Rio das Palmeiras com sede em São José do Duro, de onde se mudou para Catalão. Lá descobriu, nas suas redondezas, uma “carcomida cruz” que foi atribuída à Bandeira do Anhanguera e esse fato constituiu uma das grandes contribuições do juiz para Goiás que dá início a uma “verdadeira novela” ao propor a remoção daquele “precioso achado, considerado símbolo da conquista das terras goianas, para a capital do Estado”. Nas disputas que se desenvolveram sobre a legalidade da pretensão, foi necessário um ato do presidente do Estado autorizando o transporte da Cruz que, “com grandes festejos, foi colocada num pedestal sobre quatro colunas, à margem do rio vermelho, onde se encontra até hoje protegida por caixa de vidro, vigiando a casa de Cora Coralina”. Essa mesma cruz foi semidestruída na enchente que ocorreu em Goiás, em 2001, e no seu lugar colocou-se uma réplica. Além de juiz, Luiz do Couto foi escritor e participou das principais instituições culturais de Goiás do início do século XX, como o Gabinete Literário, o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (o qual ajudou a fundar), da ordem dos Advogados de Goiás e da Academia Goiana de Letras. Lacerda, Regina. Luiz Ramos de Oliveira Couto (Luiz do Couto) 1884-1984. Revista do IHGG, janeiro de 1986 - n. 11, p. 47.

13 Serviço de Proteção ao Folclore/Superintendência de Assuntos Culturais e Secretaria de Cultura de Goiás. Programa de Atividades do ano de 1978. (mimeo). Acervo do IGF (Museu Zoroastro Artiaga). Goiânia-Go.

14 Concursos de colchas de retalho e tear (1977/1978), monografias sobre o Cancioneiro Goiano, o Folclore e o artesanato e Etnia Goiana; I Concurso Interescolar de Folclore (1º grau), Concurso de Fotografia Documento Folclore Goiano. Museu Zoroastro Artiaga / Acervo IGF. Goiânia, Go.

15 As Semanas de Cultura eram eventos promovidos nos municípios reunindo intelectuais folcloristas e literatos que proferiam palestras, ministravam cursos, lançavam livros, compunham o júri de bancas e comissões julgadoras. Esses eventos eram minuciosamente organizados por funcionários do IGF, que sempre elaboravam uma programação diversificada que envolvia autoridades, intelectuais e grande público. Esse foi o caso da Semana Cultural promovida em Anicuns, no período de 3 a 7 de junho de 1978, cuja programação incluiu a apresentação de grupos folclóricos locais, peças de teatro, palestra sobre música sertaneja, noite de autógrafos com a participação de vários escritores goianos e exposição de documentos históricos, artes plásticas e artesanato. No mesmo ano foi realizada outra Semana Cultural em São Francisco de Goiás, do mesmo porte.

16 Jornal *O Popular*, 04/03/1979. Museu Zoroastro Artiaga / Acervo IGF. Goiânia, Go.

17 Os recortes dessas notícias estão disponíveis no acervo digital do Museu do Folclore Édison Carneiro: <http://www.museudofolclore.com.br>, seção temática nº 60: Memória da Instituição. Acesso em: 28/05/2008.

18 Serviço de Proteção ao Folclore/Superintendência de Assuntos Culturais e Secretaria de Cultura de Goiás. Programa de Atividades do ano de 1977.(mimeo). Acervo do IGF (Museu Zoroastro Artiaga). Goiânia-Go.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Renato Cavalhadas Dramáticas. In: *Folclórica* n. 3, Ano 2, Goiânia: Instituto Goiano do Folclore, 1973, p. 37-54.

BANN, Stephen. *As invenções da História*. Ensaios sobre a Representação do Passado. São Paulo: Editora da UNESP, 1994.

DELGADO, Andréa Ferreira. *Goiás: a invenção da cidade "Patrimônio da Humanidade"*. Horizontes. Antropológicos, Jan./Jun 2005, vol.11, no. 23, p.113.

GARCIA, Marcolina Martins; BRENDA Judite Ivanir. *Divisão Regional para o estudo e defesa do folclore no Estado de Goiás*. Goiânia: Cegraf/UFG, 1972.

HOBSBAWM, E. & RANGER, T. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: Petrópolis. 1997.

JAYME, Jarbas. *Esboço Histórico de Pirenópolis*. (v. n.1 e n.2). Goiânia, Imprensa da Universidade Federal de Goiás, 1971.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História: A Problemática dos lugares*. In: Revista do programa de pós-graduação da PUC/SP. São Paulo, n. 10 dez./93. Tradução de Yara Maria Aun Houry.

OVAT. 40 anos *Promovendo a Cultura e Resgatando as Tradições*. Publicação comemorativa, 2005.

SILVA, Mônica Martins da. *A Escrita do Folclore em Goiás: Uma História de Intelectuais e Instituições (1940-1980)* Universidade de Brasília, Programa de Pós Graduação em História. (Tese de doutorado). Brasília, 2008.

---

\_\_\_\_\_. A “invenção do Fogaréu” e os enredos do folclore vilaboense. In: BRITO, Clóvis Carvalho (org.) *Luzes e Trevas: Estudos sobre a Procissão do Fogaréu da Cidade de Goiás*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2008.

\_\_\_\_\_. *A Festa do Divino: Romanização, Patrimônio e Tradição em Pirenópolis*. Goiânia: Agepel, 2001.